

# Falando Francamente

O governo Collor começa os primeiros contatos oficiais sobre a dívida externa. Poderia ser mais uma das muitas missões para renegociar a dívida com os bancos privados, governos e organismos multilaterais desde que o Brasil quebrou em 1982. Desta vez, porém, o Brasil senta-se à mesa com os credores habilitado a impor as suas condições, já que está fazendo o prévio saneamento das finanças públicas.

Desde 1982, o Brasil enviou a Washington, à Europa e ao Japão nada menos de cinco ministros da Fazenda (sem contar os do Planejamento) e oito presidentes do Banco Central para conversar com o FMI, o Banco Mundial, o Tesouro dos Estados Unidos e os bancos privados americanos, europeus, canadenses e japoneses — nossos maiores credores. Várias cartas de intenções foram assinadas e nenhuma cumprida.

A renegociação da dívida nunca passou de um jogo de faz de conta. O Brasil dizia que ia cortar os gastos públicos, para zerar progressivamente o déficit; e os bancos privados prometiam novos recursos para o país retomar o crescimento. Como a liberação dos recursos pelos bancos (que visava apenas pagar os juros dos seus próprios empréstimos) estava condicionada ao reconhecimento, pelo FMI, do cumprimento das metas oficiais de ajuste interno, os problemas se multiplicavam.

A história é por demais conhecida, levando o Brasil a recair sistematicamente em moratórias abertas ou dissimuladas. No momento, o país está em moratória aberta, desde a suspensão do pagamento dos juros em setembro do ano passado. É uma conta de US\$ 5,2 bilhões que os bancos credores insistem em receber. Se o atraso continuar, serão obrigados a fazer reservas para cobrir a inadimplência.

Os bancos europeus e japoneses há muito fizeram provisões. Os americanos precisam de favores fiscais por parte do Tesouro americano. É politicamente difícil a solução, apesar do reconhecimento do governo americano, através do Plano Brady, de que a dívida é impagável nas condições originais dos empréstimos, e que preci-

sa ser abatida do lado do credor. Como fazer isso num país com crescente déficit público?

O Brasil está adotando nova posição. Primeiro, faz o que todo devedor responsável deve fazer: sanear suas próprias finanças. No passado, o saneamento foi ensaiado várias vezes, mas nunca realizado. O governo Collor aplicou o mais radical dos planos antiinflacionários de que se tem notícia. Nomeou um negociador permanente para as questões da dívida, para não desviar a ministra da Economia do ajustamento interno. E promete avançar em campos valorizados no Primeiro Mundo: a redução da presença do Estado na economia, com a desregulação da atividade privada e a privatização de estatais; a abertura da economia à concorrência externa; e a internacionalização do mercado de capitais.

Esses são pontos há muito receitados pelo Banco Mundial para corrigir os problemas estruturais da economia brasileira. Tais mudanças, segundo o Bird, devem ser feitas em três a quatro anos, num espaço suficiente para o governo Collor liberalizar o comércio exterior.

Cabe agora ao Banco Mundial inverter a absurda transferência de recursos do Brasil ao exterior, canalizando dólares para o país ajustar-se, na economia de mercado, aos parâmetros do Primeiro Mundo. Os países que mantêm o Bird têm a obrigação moral de utilizá-lo como instrumento de injeção de recursos na economia brasileira, a exemplo do que fez o Plano Marshall na Alemanha e na Europa do pós-guerra.

Nenhum país venceu a hiperinflação sem o aporte de recursos externos. O Brasil precisa, primeiro, cortar a sangria hoje estancada pela moratória dos juros devidos aos bancos privados. Mas a inversão do fluxo deve ser imaginada em outro contexto. Se o Brasil partir para a internacionalização de sua economia, o caminho natural será a substituição dos empréstimos bancários pelo investimento direto (ainda que envolva conversão de dívida em participações acionárias minoritárias nas empresas estatais privatizadas). Isso exige a remoção de velhos fantasmas do nacionalismo que tanto atrasou a economia brasileira.